



RELATO DE EXPERIÊNCIA

INTELECTUAIS NEGRAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: agências negras na sala de aula

Luane Bento dos Santos¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a atividade escolar “Participação política feminina negra e indígena”, que acontece desde o ano de 2017 com turmas de ensino médio, em instituições escolares da rede pública estadual, no Rio de Janeiro. A atividade faz parte de uma série de ações pedagógicas voltadas para a efetivação da Lei federal de nº 11.645/2008 (Lei federal de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica), no currículo de Sociologia escolar. Nosso referencial teórico é apoiado pelos debates encontrados nos campos da Educação para as Relações Étnico-raciais, do Ensino de Sociologia e da Decolonialidade. Como método e técnicas de pesquisa, utilizamos a revisão de literatura e o levantamento bibliográfico.

Palavras-chaves: Ensino de Sociologia. Agência Negra. Práticas Pedagógicas. Lei Federal 11.645/2008. Relato de Experiência.

BLACK INTELLECTUALS INS SOCIOLOGY TEACHING: black agencies in the classroom

Abstract

This work aims to present the school activity “Black and indigenous female political participation” that has been taking place since 2017 with high school classes, in school institutions in the state public education network, in the state of Rio de Janeiro. The activity is part of a series of pedagogical actions aimed at implementing Federal Law no. 11.645/2008 (Federal Law on African, Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture in Basic Education), in the school Sociology curriculum. Our theoretical framework is supported by debates found in the fields of Education and Ethnic-racial Relations, Sociology Teaching and

¹ Doutora em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2022). Docente de Sociologia na Educação Básica /SEEDUC-RJ (2013-atual). Professora Substituta de Didática e Prática de Ensino das Ciências Sociais na Faculdade de Educação da UFRJ (2023-atual). Pesquisadora colaboradora no Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes/ LABES-UFRJ(2023-atual).

of Decoloniality. As research methods and techniques we used: literature review and bibliographical survey.

Keywords: Teaching Sociology. Black Agency. Pedagogical practices. Federal Law 11.645/2008. Experience Report.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo contribuir nos debates acerca da inserção das temáticas de gênero e raça no ensino de sociologia. Como argumenta Cristiano Bodart (2024), em recente levantamento sobre a produção de trabalhos acadêmicos dedicados ao assunto, existe um aumento considerável de artigos publicados no campo da Educação, e, principalmente, em periódicos de relevância e de alto impacto acadêmico. Para o autor, é inegável que consideremos que nos últimos anos os conceitos de raça e gênero tornaram-se temas que ganharam destaque, fôlego relevância para a área:

[...] a expansão recente das pesquisas sobre raça e gênero no contexto do Ensino de Sociologia é um indicativo da ampliação do reconhecimento de sua importância. No que diz respeito aos temas raça e gênero, a crescente presença deles nas pesquisas está correlacionada com a expansão das políticas públicas educacionais inclusivas que vêm formando novos pesquisadores/as oriundos de grupos historicamente excluídos, com destaque para a população negra (Bodart, 2024, p. 116).

Apesar da legislação federal de História e Cultura Africana e Afro-brasileira da Educação Básica (Lei 10.639/2003) está em vigor a vinte um ano e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Implementação de Educação para as Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana e Afro-brasileira/DCNERER (Brasil, 2004) ter vinte anos de existência, no que se refere ao sub-campo de Ensino de Sociologia, de acordo com Bodart (2024), somente no ano de 2021 que houve uma produção de artigos (nove publicações) considerável sobre a temática. Neste sentido, é necessário dizermos que apesar de lecionar desde agosto de 2013 na rede pública estadual do Rio de Janeiro, como professora regente da disciplina Sociologia e aplicar a legislação federal 10.639/2003 no currículo mínimo da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), somente após a finalização do curso de doutorado, na área de Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no ano de 2022, é que podemos nos dedicar a relatar com mais atenção e tempo às nossas práticas pedagógicas realizadas no contexto da sala de aula². Dessa maneira,

² Quero dizer em relação a produção acadêmica. O fim do curso de doutorado e a entrada como docente substituta da disciplina Didática e Prática de Ensino das Ciências Sociais na Faculdade de Educação da UFRJ tem me permitido escrever capítulos e artigos sobre a temática de ensino de sociologia, bem como participar do projeto de extensão Olimpíadas de Sociologia e do grupo de estudo do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LABES-UFRJ).

publicamos ao longo dos anos do curso doutorado apenas dois artigos (Santos, 2021; 2023) relacionados ao campo de ensino de sociologia e a aplicação das legislações federais 10.639/2003 e 11.645/2008.

Além disso, é preciso mencionar que sabemos dos inúmeros desafios que estão postos para a permanência e para a consolidação da disciplina sociologia na Educação Básica no contexto atual³, e, sobretudo, ao longo de sua trajetória na história da Educação no Brasil (Oliveira, 2014). Mas, acreditamos que ao relatar nossas atividades pedagógicas estamos contribuindo para o fortalecimento da reflexão sobre a temática étnico-racial neste sub-campo (Bordat, 2024), bem como pensamos que trazer à baila as narrativas de uma docente negra, mãe de uma menina negra de doze anos, pertencente a classe trabalhadora, moradora da Zona Norte do Rio de Janeiro, candomblecista, da primeira turma de cotas raciais para negros e negras da UERJ, militante do movimento negro e pesquisadora do campo de relações étnico-raciais colabora para que a construção de outros imaginários sociais sobre a população negra e indígena, especialmente, para as mulheres destes dois grupos.

O presente artigo está alinhado aos trabalhos que se debruçaram em descrever as práticas docentes para efetivação da legislação federal no ensino de sociologia. Para isso, abordamos o processo de fundamentação teórica e metodológica da atividade escolar “Participação Política Feminina Negra e Indígena”. Realizamos um debate sobre como o pensamento intelectual e o ativismo político de mulheres negras vêm sendo abordados em nossas aulas, ou seja, em nossa prática educativa. O referencial teórico do trabalho está ancorado nos estudos do campo da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), Feminismos Negros e Ensino de Sociologia.

Como método e técnicas de pesquisa para a escrita deste artigo, recorremos ao levantamento bibliográfico, revisão de literatura e a análise dos trabalhos escritos pelos(as) discentes com quem trabalhamos. Os dados apresentados neste texto são resultados de anotações realizadas no diário escolar e em nosso diário pessoal. Cabe dizer que: as anotações realizadas tiveram como objetivo perceber como a atividade ministrada poderia ser aperfeiçoada, quais debates provocava no corpo estudantil e quais questões se tornaram mais sensíveis no decorrer dos debates promovidos com as três turmas do segundo ano do ensino médio em que realizamos a atividade.

O trabalho de participação política feminina negra e indígena ocorre em duas frentes com as turmas: a primeira é a da pesquisa dos dados e a segunda são as rodas de conversas, que fazemos no dia da entrega da atividade. Por questões relativas ao espaço para este texto,

³De estabelecimento da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

apresentaremos, apenas, fragmentos de respostas dadas pelo corpo estudantil no trabalho escrito, e não as anotações pessoais da docente sobre as falas dos estudantes em dias de debates.

Para compreensão, explicamos que o trabalho foi realizado com cerca de 110 estudantes do segundo ano do ensino médio regular (Educação Básica) e do turno da tarde. A atividade foi aplicada em três turmas, cada turma tinha um total de 35 a 40 alunos(as) e eram compostas por jovens com idade em média de 16 a 18 anos, pertencentes as classe populares, moradores de bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (Irajá, Madureira, Realengo e Pavuna). Em relação a autodeclaração racial, muitos discentes não afirmavam pertença ao grupo étnico-racial negro⁴, contudo, notava que muitos eram vistos como pessoas negras na sociedade. Em relação à pertença étnico-racial branca, um pequeno grupo de estudantes se percebiam e se declaravam como pessoas brancas (cerca de quinze por cento). Mas, apesar de não possuir os dados estáticos do perfil racial dos estudantes da rede estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). e, sobretudo, da escola em que lecionava, posso dizer que cerca de oitenta por cento do corpo estudantil destas turmas era formado por pessoas negras. Em relação ao gênero a composição entre homens e mulheres cis se igualava⁵. Sobre questões associadas à sexualidade, muitos discentes se afirmavam gays, lésbicas, bissexuais dentre outras terminologias que representam a diversidade sexual.

Ainda é preciso mencionar que para resguardar a identidade dos(das) estudantes, os nomes usados neste texto são fictícios e foram escolhidos aleatoriamente.

O trabalho está organizado do seguinte modo: na primeira parte, apresentamos o contexto de discussão ao qual o trabalho se propõe. Na segunda parte, tratamos da problemática das subjugações em relação às mulheres negras, no ambiente acadêmico e na sociedade brasileira. Na terceira parte, analisamos a tradição curricular hegemônica branca do campo das Ciências Sociais. Na quarta parte, descrevemos as atividades realizadas no contexto escolar. Por fim, as considerações finais.

1. CORPOS NEGROS E INDÍGENAS E IMAGINÁRIOS SOCIAIS

Os pensamentos e as narrativas que estão em circulação na sociedade brasileira, sobre as populações negras e indígenas, são ideias que contribuem para a perpetuação do racismo e das práticas de discriminação racial. Para Anibal Quijano (2005), estão atreladas ao

⁴ Pensamos que este fenômeno está alinhado aos paradigmas da mestiçagem e aos efeitos do mito da democracia racial em nosso imaginário social.

⁵ No ano de 2022, não havia estudantes que se autodeclaram trans ou utilizaram nomes sociais nas turmas que lecionamos.

paradigma da colonialidade. De fato, são heranças de um período histórico muito recente, que foi a escravização das populações africanas, através do tráfico humano, e a exploração dos territórios indígenas, nas Américas, fenômeno que ocorreu, sistematicamente, durante o período colonial. Como legado dessa época tenebrosa da história, temos, na atualidade, de maneira recorrente, o genocídio das populações nativas brasileiras e da população negra.

Em nosso território, vivemos uma política de morte iminente que incide sobre nossos corpos afro-indígenas. Política essa provocada pelo evento do racismo e da colonialidade. De acordo com Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2020), no mundo contemporâneo:

Tão crucial é o racismo como princípio constitutivo, que ele estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não têm, haja vista o conflito entre forças do Estado e populações negras periféricas das grandes cidades brasileiras, expresso no que tem sido nomeado como genocídio da juventude negra. O racismo também será um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não podem (p. 11).

Nós, pessoas negras, vivemos sob a égide da colonialidade e do racismo. Estamos subjugados a um sistema de poder e dominação, que nos controla e, recorrentemente, perpetra sobre nossos corpos diversas formas de violência: física, simbólica, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Antônio Bispo dos Santos (2016, p.16), liderança quilombola, explica que as formas de violência, perpetradas pelo Estado e pelas grandes corporações capitalistas, contra as populações negras, quilombolas e as comunidades tradicionais, não estão muito distante das violências cometidas pelos colonizadores no passado.

Além do contexto de ações violentas, executadas pelo Estado brasileiro e pelos grupos dominantes, é preciso salientar que, no imaginário social, ainda existem concepções que distorcem o protagonismo e a participação das populações negras e africanas na construção social, cultural, política e econômica da sociedade brasileira. Entretanto, essa problemática não se encerra apenas em nosso país. Na realidade, a questão racial e as tribulações decorrentes dela são problemas de ordem transnacional, como bem observou o sociólogo estadunidense W. E. B. Du Bois (1868-1953), no século XX.

Abordando os estigmas, estereótipos, discriminações e outras formas de desigualdades e preconceitos, que atravessam as trajetórias de vida e o cotidiano das mulheres negras, na diáspora africana e fora dela, podemos nos apoiar nos estudos produzidos por feministas negras estadunidenses, como a socióloga Patricia Collins (2019).

No texto “*Mammies*, matriarcas e outras imagens de controle”, Collins (2019) argumenta que, repetidamente, na sociedade americana são disseminadas e propagadas

imagens de controle, em relação às mulheres negras. Essas imagens de controle interferem no aperfeiçoamento de políticas públicas e sociais do Estado, para a população negra, principalmente para as mulheres, que na maioria das vezes chefiam seus lares sozinhas.

As imagens de controle fortalecem a construção de falácias, falsos mitos e perspectivas não reais, sobre os desejos e as ações das mulheres negras. Tais imagens não reconhecem que existem limites e obstáculos sociais que mantêm as mulheres negras em situação de vulnerabilidade social. São imagens que colaboram com a objetificação e coisificação das mulheres negras na sociedade.

As mulheres negras saíram da escravidão firmemente sacramentadas na consciência estadunidense branca como a “*mammy*” e a “negra má”, afirma Cheryl Gilkes. A ideologia dominante estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras. Além disso, como negras e brancas eram importantes para que a escravidão continuasse, as imagens de controle da condição de mulher negra também funcionam para mascarar relações sociais que afetam todas as mulheres (Collins, 2019, p. 140).

O texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, trabalho da intelectual e militante negra Lélia Gonzalez ([1984], 2020), também trata das tipologias estigmatizantes, estereotipadas e preconceituosas acerca das mulheres negras no imaginário social. Gonzalez afirma que, na sociedade brasileira, existem três noções sociais bastante frequentes, em relação às mulheres negras. São elas: mãe preta, mulata e doméstica.

De acordo com Gonzalez ([1984], 2020), as noções a respeito dos lugares que mulheres negras ocupam na sociedade brasileira funcionam, de certa maneira, como empecilhos, no que se refere à mobilidade social da população negra. Em outras palavras, essas noções fortalecem discursos e práticas discriminatórias, que justificam a falta de políticas afirmativas e de reconhecimento das desigualdades sociais e raciais. Desta forma, impedem as mulheres negras de ocuparem outras posições na estrutura social. Por esse motivo, ao abordar as três noções sobre as mulheres negras, Gonzalez ([1984], 2020) escreve, em tom irônico, respostas à intelectualidade branca da época.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (Gonzalez, [1984], 2020, p.224).

Nesse sentido, para as mulheres negras, na sociedade brasileira, os lugares e os espaços que lhe são reservados são sempre o de subserviência, de pouco status social, de

menor ganhos salariais e de poder político. Sobretudo, na mentalidade colonial e racista da sociedade brasileira, as mulheres negras devem sempre estar dispostas a satisfazerem os desejos, vontades e devaneios da elite branca. Principalmente os desejos e mimos dos homens brancos.

2 CIÊNCIAS SOCIAIS E A FORMAÇÃO BRANCA

Tradicionalmente, nas Ciências Sociais, as desigualdades sociais e raciais têm um longo histórico de debates e estudos no campo. Inegavelmente, existe uma tradição, em disciplinas como Sociologia e Antropologia, de estudar as relações raciais. O pesquisador Pedro Chadarevian (2011, p. 283) menciona que, no Brasil, “*os cientistas sociais são unânimes em constatar a existência de desigualdades raciais*”. Contudo, o sociólogo Sales Augusto dos Santos (2019) e o antropólogo Messias Basques (2019) observam que, apesar do reconhecimento das desigualdades, das discriminações, dos racismos e dos preconceitos raciais, em nosso contexto social, ainda existe um descompasso no campo da Sociologia e da Antropologia,⁰ no que diz respeito a inclusão das análises e investigações de pesquisadores(as) negros(as). Esta situação desproporcional é ilustrativa, em relação ao tamanho da tragédia racial que vivemos em nosso país.

Apesar de um reconhecimento de caráter majoritário, no que diz respeito às áreas relativas às desigualdades e às práticas de discriminação racial, na sociedade brasileira, as disciplinas que formam o campo conhecido como Ciências Sociais ainda tardam na legitimação do saber, fazer, conhecer, dos estudos e das pesquisas realizadas por intelectuais negros(as), sobre a questão racial no país e no mundo.

Intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Virgínia Bicudo (1910-2003), Clóvis Moura (1925-2003), Manuel Querino (1851-1923), Edison Carneiro (1912-1972), entre outros, ainda são referenciados por ativistas, intelectuais negros e antirracistas, que estão comprometidos com a questão racial.

De fato, as obras desses intelectuais, evocados politicamente, não constam na mesma medida em que são verificadas as produções de intelectuais brancos (Basques, 2019; Santos, 2019), nas ementas e currículos obrigatórios dos nossos cursos de graduação em Ciências Sociais.

Outra questão “ausente”, isto é, não tratada com o devido reconhecimento no campo, está em torno da participação ativa dos antropólogos(as) negros(as) que produziram pesquisas durante a constituição da disciplina Antropologia ao longo do século XX (Basques, 2019).

Como podemos perceber, a formação nas Ciências Sociais prioriza os estudos e o protagonismo intelectual de homens, brancos, cristãos, heterossexuais e pertencentes às classes médias ou altas da sociedade. Vale lembrar que Virgínia Bicudo realizou um proeminente estudo sobre a Frente Negra Brasileira (FBN). A pesquisa de Bicudo revelou a importância da variável cor na produção das desigualdades sociais, em um contexto acadêmico em que prevalecia a máxima de que a desigualdade entre as classes se sobrepunha a qualquer outra forma de desigualdade social (Basques, 2019).

Em pesquisa sobre os programas de disciplinas do curso de licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Sales Augusto dos Santos (2019) aponta as seguintes questões:

Por meio das análises dos programas analíticos das disciplinas indicadas no PPC, observa-se que a afirmação que consta nesse documento, quanto ao ensino da “Educação das Relações Étnico-Raciais”, não corresponde à realidade do curso de Ciências Sociais da IFES analisada. Aliás, até o ano de 2018, não há nenhum/a professor/a efetivo/a entre os/as docentes do Departamento de Ciências Sociais da universidade, assim como nenhum/a professor/a visitante ou substituto/a, que tenha sido contratado/a para o ensino supracitado, bem como não há docentes efetivos que pesquisam e/ou construíram uma trajetória acadêmica estudando a temática das relações raciais, ao contrário do que foi declarado no PPC, conforme foi verificado no Curriculum Lattes dos/as docentes desse Departamento (Santos, 2019, p. 259).

O antropólogo Messias Basques (2019) também chama atenção para as questões curriculares. De acordo com o autor, existe uma falta de literatura escrita por autores(as) negros(as), nos currículos obrigatórios dos cursos de Ciências Sociais. Basques relata sua experiência docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES):

Insatisfeitos com a falta de políticas de diversidade e de empenho institucional para a criação de currículos antirracistas, os estudantes negros e negras do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito [...] reuniram-se, no mês de outubro de 2017, e encaminharam uma carta ao Departamento de Ciências Sociais, exigindo que os docentes passassem a incluir, em todas as ementas, ao menos dois autores negros/as. Após 15 anos na área, tendo sido estudante e docente em diferentes instituições de ensino superior, foi apenas em virtude da demanda daqueles estudantes negros e negras que me dei conta da gravidade do processo de (de)formação acadêmica e intelectual a que estamos submetidos e ao qual submetemos os nossos estudantes (Basques, 2019, p.104).

Em concordância com os argumentos de Basques (2019) e Santos (2019), percebemos como o currículo e a formação no campo das Ciências Sociais estão apoiados numa hegemonia branca, masculina, europeia, classista e que impede outras vozes de dialogar e contribuir com suas reflexões.

Importante ressaltar que não se trata apenas do currículo, no que se refere à esfera acadêmica. Essa problemática atravessa os muros da universidade e interfere nos conteúdos,

práticas e abordagens que são e serão realizadas na Educação Básica, como sinalizam Isabela Brito e José Ligeiro (2021) em artigo sobre a formação docente em Ciências Sociais e a efetivação da legislação federal 10.639/2003:

A falta de formação e informação dos professores a respeito da lei e de literatura sobre a temática étnico-racial dificulta a implementação de uma educação antirracista. Nenhum dos entrevistados, todos formados em universidades federais, tiveram formação sobre essa lei e suas implicações na graduação. Isso é um reflexo de como nossas universidades ainda são elitizadas e reproduzem o racismo institucional e estrutural (Brito, Ligeiro, 2021, p.21).

Conforme aborda os autores, a falta de debate, de leituras, de reflexões para uma educação para as relações Étnico-raciais e outras recomendações da legislação federal 11.645/2008, que se mantém ausentes na formação dos(as) docentes da disciplina sociologia do ensino médio, deixa brechas para uma prática pedagógica que reitera os valores hegemônicos. Ademais, coloca direta e indiretamente, para os(as) estudantes em formação, que somente um tipo de humano – branco, macho, heterossexual, cristão – está autorizado a falar. Outros humanos, não.

Como chama atenção a intelectual Grada Kilomba (2019) no texto “Quem pode falar?”, quem aparece nas aulas como autor(a), produtor(a) de ciência e quem aparece como objeto?

3 “O LIXO VAI FALAR E NUMA BOA!”: ativismo político de mulheres negras nas aulas de sociologia

Em nossas aulas de sociologia, na educação básica, temos a compreensão de que as vozes das mulheres negras e indígenas estão ausentes do currículo escolar. Dessa forma, concordamos com Lélia Gonzalez ([1984], 2020) que ao apresentar seu texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, na ANPOCS, nos diz que uma mulher negra, com ancestralidade indígena e que, na história do país, tem sido jogada com suas histórias, sabedorias e contribuições na lata do lixo da sociedade, naquela ocasião falaria por si, e não através da voz da intelectualidade branca da época.

Tomando a perspectiva de Gonzalez ([1984], 2020), temos colocado as trajetórias e produções de mulheres negras para serem estudadas, reconhecidas e refletidas pelos(as) estudantes do ensino médio. Trazemos o “lixo” para ensinar, o “lixo” para falar.

Entendemos, também, que a atuação política das mulheres negras e indígenas merecem maior atenção nas reflexões acadêmicas. De acordo com Patricia Collins (2019), os modos de atuação política das mulheres negras não podem ser interpretados a partir dos

modelos tradicionais de ativismo político. Para a intelectual, o ativismo político das mulheres negras não se faz presente nos espaços tradicionais de militância:

As definições mais comuns de resistência e ativismo político não compreendem o sentido desses conceitos no dia a dia das mulheres negras. A pesquisa em ciência sociais costuma se concentrar nas atividades políticas públicas, oficiais, ou visíveis, ainda que esferas não oficiais, privadas e supostamente invisíveis da vida e da organização social sejam igualmente importantes. Por exemplo, algumas abordagens classistas veem os sindicatos e partidos políticos – duas formas de ativismo político tradicionalmente dominadas por homens brancos – como mecanismos fundamentais para o ativismo da classe trabalhadora. As afro-americanas foram historicamente excluídas dessas arenas, e isso privou essas abordagens de uma análise teórica dos protestos de classe das mulheres negras (Collins, 2019, p. 330).

Para Collins, as mulheres negras exercem modos distintos de militância política. Muitas vezes considerados silenciosos e fora dos espaços tradicionais de fazer política. Collins salienta que a luta pela sobrevivência é uma das principais formas de ativismo político das mulheres negras, e ela não vai ser encontrada nos partidos políticos e nos sindicatos⁶.

Lélia Gonzalez ([1979], 2020) também reforça essa perspectiva, ao mencionar que as mulheres negras foram o sustento econômico e moral da comunidade negra ao longo da história do Brasil:

No período que imediatamente sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família (Gonzalez, [1979], 2020, p.40).

É preciso compreender que sem o trabalho e as formas de organização criadas pelas mulheres negras, parte do patrimônio cultural afro-brasileiro, que conhecemos e usufruirmos, seria inexistente. Um bom exemplo são os terreiros de candomblé de tradição Ketu, localizados no estado da Bahia. Casas de Santo lideradas por nomes que marcaram a história do Brasil, como: Mãe Aninha de Afonjá (1869-1938), Mãe Menininha do Gantois (1894-1986), Mãe Olga do Alaketu (1925-2005), Mãe Stella de Oxóssi (1925-2018) dentre outras.

Ao olharmos para a história do Brasil e nos perguntarmos sobre quais papéis sociais e quais agências políticas as mulheres negras exerceram na sociedade, perceberemos que não podemos e não devemos delimitá-las a partir de um escopo, dado pelos padrões epistêmicos da colonialidade e do racismo.

Na verdade, é uma medida urgente nos afastarmos das imagens de controle e das três noções de mulheres negras que circulam na realidade social, cultural e política brasileira (Collins, 2019; Gonzalez, [1984], 2020). Em outras palavras, é necessário reivindicar, passar

⁶Podemos compreender que, na história do Brasil, o ativismo político das mulheres negras pode ser visto e estudado em espaços como: Associações de Moradores, religiões de matrizes africanas, Irmandades Negras Católicas, Escolas de Samba e em tantos outros espaços de aquilombamento e ressignificação do legado cultural africano, assim como em grupos de mães que tiveram seus filhos e filhas exterminados pela política de extermínio da população negra.

a conhecer e disseminar discursos que evidenciam que as mulheres negras têm um histórico de lutas políticas, de processos de resistência e sobrevivência ao sistema colonial e pós-colonial.

Precisamos, com urgência, romper com as narrativas que situam as mulheres negras como inábeis, incapazes, criminosas, feias, exóticas, amaldiçoadas, brutas, irracionais, não-civilizadas, subservientes, hiperssexualizadas, malucas, dentre outras palavras que denotam sentidos pejorativos. E nesse sentido, encarar o nosso racismo, para assim superá-lo.

Creemos que a Educação é um dos caminhos para a construção de outro imaginário social. Ela é primordial para a compreensão dos direitos e dos deveres sociais, ou seja, para o pleno exercício da cidadania, bem como para a relativização das diferenças culturais e sociais.

Os movimentos negros brasileiros têm um histórico abrangente de reivindicações pelo direito a educação e pela inserção da história e da cultura afrodescendente no sistema de ensino, conforme sinaliza a intelectual Nilma Gomes (2017), em seu livro “Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”.

De acordo com Gomes (2017), as atuações políticas dos movimentos negros brasileiros foram fundamentais para a consolidação da nossa democracia, reconhecimento dos problemas raciais e, sobretudo, para a construção de políticas afirmativas na educação (Cotas raciais e a Lei 10.639/2003). Gomes defende que o movimento negro brasileiro tem reeducado a sociedade brasileira para práticas que combatam as discriminações raciais e o racismo estrutural.

Desse modo, compreendemos que apresentar as histórias, trajetórias educacionais e políticas de pessoas negras e indígenas é um dos caminhos possíveis para a aplicação da Lei 11.645/2008 no currículo de sociologia. Uma das atividades criadas para abordar a proeminência das mulheres negras na sociedade brasileira é a atividade **“Participação política feminina negra e indígena”** que será descrita na próxima seção.

4 ATIVIDADE: Participação política feminina negra e indígena

A atividade relativa à participação política de mulheres negras e indígenas ocorre desde o ano de 2017. Já foi realizada em mais de três escolas, nas quais lecionamos, no município de São Gonçalo (RJ), no bairro do Alcântara. As escolas em que ministramos a atividade foram: Colégio Estadual Pandiá Calógeras, CIEP 309 Zuzu Angel e Colégio Dr. Adino Xavier. Em todos os casos o projeto foi realizado nas turmas de segundo ano do ensino médio regular e nos turnos da manhã e da tarde.

A atividade costuma ser proposta no primeiro bimestre escolar. Geralmente, neste momento, os alunos dessa série estudam temas relativos aos movimentos sociais, organizações políticas, direitos sociais, direitos civis, direitos políticos, direitos humanos e cidadania.

Nesse contexto, chama a atenção o fato de que as obras didáticas referentes ao período de 2016 a 2018, distribuídas pelo Plano Nacional do Livro Didático/PNLD, tratem de maneira muito breve da temática do feminismo negro, dos movimentos de mulheres negras e das análises sociológicas, antropológicas e políticas das autoras negras. As obras que acessamos foram: *Sociologia em Movimento*, de Silva, et.al (Moderna, 2ª ed., 2016) e *Sociologia para Jovens e Adultos do Século*, de Oliveira e Costa (Imperial Novo Milênio - 4ª ed., 2016). Essas obras foram utilizadas até 2022, devido ao período pandêmico.

Nesses materiais didáticos, a questão racial aparece como um fenômeno social, que necessita de políticas de ações afirmativas para serem combatidos. O problema racial é apresentado como um capítulo dentro do debate de formação da sociedade brasileira.

Ao longo das obras, não vemos a inserção de uma intelectualidade negra para debater outras temáticas. Intelectuais como Lélia Gonzalez e Angela Davis (Lages; Gomes; Tavares, 2022) são mencionadas apenas para tratar a respeito do feminismo negro e das condições de vida das mulheres negras, todavia, suas análises ficam restritas aos capítulos que se propõem a debater as questões de gênero, feminismo e interseccionalidade. Em outros capítulos não são evocadas com suas teorias. Este é mais um dos aspectos que explicam o pouco espaço dado ao pensamento intelectual de pessoas negras em obras didáticas.

Consideramos que as pouquíssimas descrições sobre as mobilizações políticas das populações negras e indígenas, contidas nesses materiais, sejam insatisfatórias para obter direitos que assegurem o tratamento equitativo e que encaminhem um processo de consolidação de uma sociedade cada vez mais democrática.

Notamos a ausência das nossas teóricas negras e indígenas nestes materiais didáticos, para explicar a organização da sociedade capitalista, a racionalidade do mundo ocidental, as relações de poder, as relações de trabalho e tantas outras temáticas.

Durante o levantamento bibliográfico, encontramos poucos trabalhos no campo de ensino de sociologia que analisaram, a partir de um ponto de vista interseccional, as questões de raça e gênero nas obras didáticas. Por questões relativas ao espaço que temos para esse texto, não descreveremos cada estudo, apenas citaremos autores e ano de publicação: Marcia Pereira (2019); Anabelle Lages, Fabiana Gomes e Caio Tavares (2022).

Cabe salientar que o nosso objetivo, neste artigo, não é realizar uma análise rigorosa das obras didáticas que usamos em nossa prática docente. Na realidade, temos como foco mostrar para o(a) leitor(a) como o uso desses materiais reduz a potencialidade da inserção da temática do ativismo político e da produção intelectual das mulheres negras e indígenas nos debates das salas de aula da educação básica.

Devido à escassez das reflexões sobre a ação política das mulheres negras e indígenas nas narrativas oficiais (obras didáticas e currículo mínimo de Sociologia), elaboramos a atividade outrora mencionada. Solicitamos aos estudantes do segundo ano⁷ que recolhessem dados sobre mulheres negras e indígenas. Pedimos que pesquisem: 1) Nomes, ano de fundação e principais pautas das Organizações Não Governamentais (ONGs) de Mulheres Negras e Indígenas; 2) Sites voltados para a valorização e divulgação das pautas políticas das mulheres negras e indígenas; 3) Quantidade de candidatas autodeclaradas negras e indígenas eleitas para os cargos de deputadas estaduais, deputadas federais, senadoras, prefeitas e governadoras nos estados brasileiros; 4) Documentários, curta e longa-metragens que abordem as questões das mulheres negras e indígenas.

Dividimos a turma em grupos, de no mínimo três alunos(as) e no máximo cinco alunos(as). Ao final da pesquisa, solicitamos que os dados pesquisados sejam entregues em um trabalho escrito, que pode ser apresentado em folha A4, ofício ou folha de papel pautado. Em alguns momentos, pedimos que façam cartazes das ONGS e dos movimentos de mulheres negras.

Como resultado, os(as) estudantes ressaltam a importância de acessarem as informações, até então desconhecidas ou pouco mencionadas no ambiente escolar, em suas famílias e nos veículos de informação. As percepções dos(das) discentes são expostas na parte do trabalho escrito, no qual orientamos que respondam individualmente a pergunta: “O que mais lhe chamou atenção fazendo a pesquisa?”. Este tipo de pergunta nos ajuda a aperfeiçoar a atividade e a saber quais outras informações podem ser adicionadas ou subtraídas na formulação do trabalho.

Desde 2017, as respostas à pergunta mencionada acima seguem demonstrando que a temática do ativismo e da intelectualidade negra e indígena é um tema quase inexistente nas discussões realizadas na instituição escolar.

⁷ Cabe mencionar que o trabalho foi realizado com três turmas do segundo ano do ensino médio. As referidas turmas seguem a numeração 2007, 2008 e 2009. Além disso, cabe dizer que em média cada turma tinha no total de 30 a 35 alunos(as). Para este trabalho, por questões de espaço, somente colocamos o fragmento de relato escrito de dois estudantes, uma da turma 2007 e outro da turma 2009.

Observaremos mais a frente alguns fragmentos das respostas relativas às atividades que foram realizadas no ano de 2022, em um Colégio Estadual localizado no bairro de Irajá (Zona Norte do Rio de Janeiro). A escola tem cerca de 1.200 alunos(as) no turno da manhã, 800 alunos(as) no turno da tarde e 200 alunos(as) no turno da noite. Em 2022, trabalhávamos na escola nos turnos matutino e noturno, com as turmas do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio regular.

Cabe destacar que o bairro de Irajá tem uma expressiva população negra e além disso, é vizinho do bairro de Madureira, onde há diversas manifestações culturais afro-diaspóricas, tais como: Escolas de Samba, Samba de Roda, Jongo e Baile Charme. Ressaltamos, ainda, que os estudantes para quem lecionamos ficaram dois anos em casa, estudando pelo ensino online, devido à pandemia de Covid-19.

A maior parte dos(das) alunos(as) teve contato presencial com uma docente da disciplina Sociologia, no ano de 2022. Anteriormente, o estudo da disciplina ocorria através das apostilas confeccionadas pela SEEDUC-RJ e por vídeos disponíveis na plataforma Google Classroom.

Em relação ao trabalho docente, havia apenas as instruções, por meio do site, sobre quais exercícios e textos deveriam ser lidos e feitos. Dessa maneira, os debates acerca das questões de gênero e raça, que costumamos fazer em nossas aulas, ficaram, de certo modo, muito aquém do nosso desejo, durante o período de isolamento social. Nossas atividades só foram retomadas com maior interação no ano de 2022.

Assim, trazemos fragmentos das respostas dos(das) estudantes acerca da atividade proposta. Perguntado sobre o que mais lhe chamou atenção, ao fazer o trabalho, o estudante Wagner respondeu que:

Ao pesquisar sobre as ONGS, o que mais me chamou atenção foi a força de vontade e o intuito de ajudar as outras mulheres para se inserirem na sociedade. O trabalho social de Mãe Beata de Iemanjá com pessoas soropositivas, além da sua representatividade religiosa me chamaram atenção (Estudante Wagner, 2º ano, turma 2009, março de 2022).

É interessante o destaque do estudante para a questão do trabalho social da Ialorixá Beata de Iemanjá⁸ com pessoas portadoras de HIV. Sabemos que, apesar de todos os avanços científicos para o tratamento da condição de saúde dos(das) portadores(as) do vírus, o tema ainda é motivo para práticas de discriminação e, em nossa percepção, é uma temática bastante ausente das discussões tratadas pela instituição escolar.

⁸ Beatriz Moreira da Costa era uma mulher negra, mãe de santo, baiana, poetisa, escritora e ativista dos direitos humanos. Maiores informações podem ser acessadas em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/591-mae-beata-de-yemonja>.

Ademais, a partir da pesquisa, o estudante teve a oportunidade de saber que dentro dos Terreiros de Candomblé há diversas formas de trabalhos sociais, e que as mulheres negras de religião de matriz africana participam de várias formas de luta por melhores condições de vida para a população.

A Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, no ano de 2015, foi uma das formas de manifestação política que mais apareceu nas respostas dos grupos nas três turmas. A discente Pâmela também a mencionou como uma ação política importante.

O que lhe mais lhe chamou atenção fazendo o trabalho?

Estudante: O que me chamou atenção foi a Marcha das Mulheres Negras em Brasília, a coragem de todas as mulheres que estavam no local, mesmo com os grupos de pró-intervenção ameaçando-as, elas não deixaram com que isso as impedisse de se reunirem com a presidenta Dilma. Isso só demonstra a coragem e o poder que as mulheres vêm conquistando. A luta das mulheres, por poder, continua se mostrando cada vez mais forte (Estudante Pâmela, 2º ano, 2007, março de 2022).

Se por um lado o protagonismo, político e intelectual, das mulheres negras está ausente no espaço escolar, nos diversos eventos festivos e de reflexão, por outro lado, com a realização da atividade, (os)as estudantes tiveram a chance de saber mais sobre as formas de mobilização feminina negra que ocorrem no país. Muitas são as narrativas, percepções e indagações que a atividade sugerida provoca nas turmas. Conhecer a trajetória de mulheres negras, no universo acadêmico e suas lutas políticas por melhores condições de vida, sobretudo pelo direito à vida, é uma das recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Implementação da Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana e Afro-brasileira/DCNERER (BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a pauta da Educação Antirracista tem ganhado espaço na mídia, em grupos empresariais e em instituições de ensino, entretanto, precisamos caminhar para que haja mudanças significativas em relação às imagens e narrativas acerca das mulheres negras e indígenas. Um dos caminhos para este intento é a aplicação das Leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 nos setores de ensino.

Neste trabalho, tivemos como objetivo apresentar a atividade “Participação política negra e indígena nas aulas de sociologia”. Dessa maneira, tratamos das questões da colonialidade e do racismo institucional que estão presentes nos currículos universitários e na formação dos docentes de Sociologia/Ciências Sociais.

Abordamos o pensamento de intelectuais negras que tiveram suas obras reconhecidas e produziram críticas relevantes para o campo das Ciências Sociais e para os estudos das Relações Étnico-raciais.

Outro dado pertinente a ser tratado é que ao invés de colocarmos as mulheres negras como grupo vulnerável, subordinado e sem agência, seguindo em um movimento contrário, procuramos revelar suas atuações para a construção de uma sociedade democrática.

Compreendemos que a disciplina Sociologia escolar surge em um contexto político e social marcado por uma perspectiva conservadora, de caráter elitista e fundamentada no positivismo do século XX. Contudo, com o processo gradativo de reintrodução da disciplina nos currículos escolares, no final da década de 1980, os objetivos tomaram novos caminhos e as justificativas para seu retorno foram modificadas.

Conforme trouxemos, o ensino de Sociologia passa a ser associado a uma educação cidadã, para todos e todas. Entretanto, no que se refere aos temas relativos às Legislações federais, é necessário que haja maiores debates e investigações sobre como trazer as temáticas recomendadas para dentro dos currículos universitários, escolares e para os materiais didáticos, de maneira fundamentada e articulada às concepções e teorias dos grupos negros e indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BODART, Cristiano N. Raça, gênero e Ensino de Sociologia: uma análise da produção científica. *Revista Café com Sociologia*, v.13, jan./dez. 2024, p. 109-130.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

CHADAREVIAN, Pedro. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 2 (122), abr./jun. 2011, p.283-304.

COLLINS, Patricia H. *Pensamento feminista negro*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.

GOMES, Nilma L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos políticos e linguísticos da exploração da mulher [1979]. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira [1984]. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo no cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGES, Annabelle et al. “O “lugar” do feminismo negro, decolonial, nos livros didáticos de Sociologia (PNLD 2018)”. *Revista Café com Sociologia*, v. 11, p.1-23, 2022.

LIGEIRO, Isabela R.; BRITO, José E. Formação docente para as relações étnico-raciais: o que dizem professores de sociologia do ensino médio? *Revista Brasileira de Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 13, n. 27, p. 11-26, mai./ago. 2021 11.

OLIVEIRA, Amurabi. visitando a história do ensino de Sociologia na educação básica. *Acta Scientiarum Education*, v. 35, n. 2, p. 179- 189, jul./dez., 2014.

PEREIRA, Márcia M. T.. Gênero e currículo: olhares do feminismo negro e decolonial sobre um livro didático de Sociologia. *Em Tese*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 143-167, 2019.

SANTOS, Antônio B. Modos quilombolas. *Piseagrama*, Belo Horizonte, v. 9, p. 58-65, 2016.

SANTOS, Luane B. Relações étnico-raciais no ensino de sociologia do ensino médio. *Revista Intratextos*, v. 13, n. 1, 2023, p. 15-33.

SANTOS, Luane B. Práticas educativas antirracistas no currículo de sociologia do ensino médio: o que temos trabalhado?. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 226, 2021, 163-174.

SANTOS, Sales A. Uma contribuição crítica ao “Ensino da Educação das Relações Étnico-raciais nas Ciências Sociais”. *Revista Tomo*, n. 35, p. 251-292, 2019.

SILVA, Afrânio, et al. *Sociologia em movimento*. 2a ed. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber – Eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clasco, 2005. p. 227-228.

Recebido em: 10 de janeiro de 2024 .

Aceito em: 19 de março de 2024 .

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO:

SANTOS, Luane Bento dos. Intelectuais negras no Ensino de Sociologia: agências negras na sala de aula. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.7, n. 2, p.47-63, 2023.